

Intervenção de Rui Machete na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril de 1985)

Caption: A 11 de Abril de 1985, aquando dos debates na Assembleia da República sobre a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o vice-primeiro-ministro Rui Machete relembra o desenvolvimento das negociações e congratula-se do bom entendimento entre os responsáveis portugueses.

Source: Diário da Assembleia da República. 12.04.1985, n° 68 (III Legislatura, 2a Sessão legislativa). Lisboa: Assembleia da República. <http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=r3.dar&num=068&leg=103&ses=s12>.

Copyright: Debates Parlamentares / Assembleia da República

URL: http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_rui_machete_na_assembleia_da_republica_lisboa_11_abril_de_1985-pt-92af7980-0c42-4fee-a02b-6bd3a64d63a1.html

Publication date: 22/10/2012

Intervenção de Rui Machete na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril de 1985)

O Sr. Presidente: — [...] Tem, então, a palavra o Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro (Rui Machete): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A política externa portuguesa, nas suas grandes linhas, tem sido um dos raros domínios consensuais dos partidos democráticos portugueses. A opção europeia, a pertença à NATO e o estabelecimento de laços privilegiados com o Brasil e com os países africanos de expressão portuguesa constituem dados constantes na orientação dos governos constitucionais, participem neles o Partido Socialista, o Partido Social-Democrata ou o Centro Democrático Social. Tal facto evidencia bem que o interesse nacional neste sector se recorta, face aos dados da vida internacional, com nitidez suficiente para que as forças políticas mais representativas, apesar das suas diferenças ideológicas, apontem para as mesmas soluções.

Coube a Francisco Sá Carneiro o primeiro acto político de afirmação da vontade de ingresso na CEE ao visitar o comissário Ortoli, em 17 de Setembro de 1974, como foi então largamente noticiado nos jornais. E é ainda o líder do PSD que, em declaração política proferida nesta Câmara, em 10 de Fevereiro de 1977, reafirma a adesão do Partido Social-Democrata ao projecto europeu. Pouco depois, o Primeiro-Ministro Mário Soares, em 18 de Março de 1977, comunica a esta Assembleia o propósito de o Governo Português apresentar ao Conselho da Comunidade o pedido de adesão do nosso país. No debate parlamentar que se seguiu, tornou-se clara a clivagem entre os partidos que apoiavam a ideia da integração europeia e a articularam com a defesa e desenvolvimento de uma sociedade aberta e pluralista e o PCP que, fiel às opiniões de Álvaro Cunhal, foi sempre contra.

Durante 8 longos anos, difíceis para Portugal em termos de consolidação da democracia e da estabilização das estruturas socio-económicas, numerosos governos conduziram empenhadamente um processo negocial complexo que se desenvolveu numa conjuntura europeia de crise económica e de desemprego.

Sem pretender fazer a história das negociações, não quero deixar de referir aqui algumas personalidades de governos anteriores mais ligadas ao processo de adesão e cuja persistência e visão política em muito contribuíram para que fosse possível chegar a esta fase conclusiva.

Já recordei o debate parlamentar de 1977 sobre o pedido de adesão apresentado pelo Dr. Mário Soares e lembro também o voto de congratulação que, então, eu próprio apresentei, subscrito pelo PSD, CDS e PS. O Dr. Sá Carneiro, que desde a primeira hora lutou pelo projecto político de adesão, procurou dar-lhe um decisivo impulso no VI Governo Constitucional, a que presidiu, sendo nesse propósito firmemente apoiado pelo então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Freitas do Amaral. Sob a sua orientação, desenvolveu-se uma intensa ofensiva diplomática em todas as frentes. A integração de Portugal constituiu então "a prioridade das prioridades".

Os sucessivos governos da Aliança Democrática prosseguiram aquela política e destacaram de entre os objectivos prioritários dos respectivos programas a "finalização das negociações e a adesão plena de Portugal à Comunidade Europeia". O empenho e o entusiasmo do Dr. Francisco Pinto Balsemão e do Dr. João Salgueiro, então responsáveis políticos pela condução das negociações de adesão, foram determinantes para que em 1982 tivesse sido possível dar ao processo negocial um avanço substancial.

Com efeito, nesse ano foi possível encerrar, nos seus aspectos mais significativos 10 dos 18 capítulos técnicos em que o mesmo se divide. Chegava-se assim a acordo sobre o sector industrial (nas suas relações com os Dez e com países terceiros), sobre a fiscalidade, os movimentos de capitais e outras questões económicas e financeiras, sobre o direito de estabelecimento, os transportes e a política regional.

O IX Governo Constitucional, a que tenho a honra de pertencer, prosseguiu os esforços para terminar o processo que se arrastava há demasiado tempo e viu finalmente coroada de êxito a sua persistência.

Neste capítulo merecem, naturalmente, particular menção a equipa negociadora liderada pelo Prof. Ernâni Lopes e acompanhado pelo Dr. António Marta, que soube resistir a quaisquer tentações de facilidade, e o

dinamismo da acção de coordenação do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Mário Soares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse e demonstrei, nesta brevíssima referência ao processo negocial, que o projecto político de integração europeia é sufragado pelos grandes partidos democráticos. É verdade, também, que o Mercado Comum tem tido, entre nós, adversários pertinazes nos comunistas e, para além deles, em certos sectores de direita e de extrema-direita.

O PCP filia a sua posição no temor real de que o estreitamento dos laços com as nações da Europa Ocidental robusteça a democracia pluralista, desenvolva a economia e assim remova qualquer probabilidade de conquista do poder pela sua parte. Do ponto de vista teórico, na óptica marxista, argumenta-se que a integração reforça as estruturas capitalistas, aumenta a exploração do proletariado pela classe burguesa e a dependência externa do País face a economias mais evoluídas. O raciocínio é suficientemente conhecido para nos dispensar de nos alongarmos. Quem, como nós, repudia, o materialismo histórico, o leninismo, o estalinismo e, sobretudo, uma visão das relações internacionais polarizada na supremacia da União Soviética, não pode deixar de negar a conceptuologia utilizada e, conseqüentemente, as análises a que procede, e os resultados a que chega. A evolução histórica oferece um claro desmentido às suas previsões.

Vozes do PSD e do Sr. Luís Beiroco (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Próximas, curiosamente, de algumas conclusões comunistas são as teses de certa extrema-direita que se manifesta contra a integração. Desvalorizando as instituições democráticas, que repudia, crê que o Mercado Comum não resistirá à eterna divisão que sempre reinou entre os europeus e que cedo ou tarde se desagregará. A CEE tem sido apresentada como uma fonte de benesses, uma panacea para todos os males da sociedade portuguesa – afirmam os seus detractores. Breve se demonstrará que os problemas de economia e da sociedade portuguesa se não resolvem, como por encanto, pelo simples facto da adesão. Pelo contrário, a nossa frágil economia será triturada e dominada pelos povos mais evoluídos que partilham o mesmo espaço económico. Por último, quando o Mercado Comum por força dos seus antagonismos internos se desfizer, Portugal ficará só, frente ao seu único vizinho ibérico, num esforço económico comum, reduzido a duas entidades, o que, naturalmente, fará perigar a sua autonomia.

Os que rejeitam a integração ou se refugiam nos projectos totalitários de domínio do comunismo ou, no outro extremo do espectro político, não explicam senão através de um vago isolacionismo neutralista ou de um atlantismo não menos impreciso, como Portugal se poderá desenvolver e modernizar. Partem de pressupostos de realização duvidosa ou longínqua e de conseqüências incertas – reforço da Commonwealth ou a reunificação alemã. Atribuem à Comunidade a natureza de Estado federal que manifestamente não tem e esquecem que a Europa das Pátrias, na fórmula gauliana constitui a forma hodierna da balança dó Poder no Velho Continente. Se um mercado ibérico seria inconveniente, um mercado de Doze preserva autonomia de cada participante.

A lei de que o ingresso no Mercado Comum é só por si um remédio para todos os males da nossa economia nunca foi defendida por ninguém que preze a sua seriedade e reputação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas o processo de negociações foi demorado. Há interesses sectoriais que podem sofrer com o impacte da adesão. A dúvida instalou-se nalguns espíritos. Por outro lado, é mais cómodo quedar-se do que evoluir. O homem só muda quando a necessidade o obriga. A inovação e a mudança implicam sempre certos custos. Importa, por isso, que se faça uma valoração global do projecto de integração, nas suas vantagens e também, dos seus custos, quer no campo político quer nos campos económico e social. Só um projecto que modele um futuro de esperança pode galvanizar o entusiasmo e o apoio dos Portugueses. Só com a mobilização das vontades é possível assegurar que o projecto tenha êxito. Condição necessária para conseguir a conjugação das vontades é, porém, que as pessoas o conheçam e tenham plena consciência do seu significado e implicações. Este debate político na Assembleia da República é um passo importante nesse sentido. Outros devem seguir-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal, ao aderir à Comunidade Económica Europeia, pretende fixar e dar estabilidade ao seu modelo político de sociedade democrática e aberta. Ao integrar-se na Europa da CEE prossegue, também, em termos intereuropeus, a política de balança de Poder a que já no século XVIII o historiador Robertson chamava "o grande segredo da política moderna" e que ditou a nossa multissecular aliança com a Grã-Bretanha. No quadro fortemente bipolarizado das relações mundiais, integramo-nos na entidade regional europeia que tem de defender-se do imperialismo da superpotência União Soviética, evitando simultaneamente a subordinação dos seus interesses ao nosso aliado que são os Estados Unidos da América.

É, porém, sem dúvida, na área económica, que nos tempos mais próximos, se vão travar as batalhas decisivas.

O que Portugal negociou permite uma integração suave e sem sobressaltos num espaço económico que se pauta por regras conhecidas e que, a maior ou menor prazo, terão de ser por nós acolhidas, e num conjunto de países com um grau de desenvolvimento económico e social mais evoluído.

O que Portugal negociou não lhe permite, antes o impede de pensar que o seu futuro está garantido e que a dinâmica dos países mais desenvolvidos se transmitirá a Portugal como que por uma milagrosa osmose.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Seria um erro fatal que as gerações futuras não nos perdoariam.

Algumas considerações, restringidas aos sectores da indústria, da agricultura e das pescas, ilustrarão melhor o que pretendo significar.

A nossa indústria tem um período de tempo durante o qual dispõe de uma protecção acrescida em relação às empresas da CEE. É imperioso que o aproveite para se modernizar, para utilizar os recursos financeiros que estarão ao seu dispor, a fim de que possa, sem complexos e sem tibiezas, enfrentar a concorrência e usufruir de um mercado de mais de 300 milhões de consumidores. Os empresários portugueses serão pautados por regras claras, sem enviesamento das normas de concorrência e sem o excessivo e pesado intervencionismo do Estado. Esta emancipação cria responsabilidades mas permite sobretudo que as regras do mercado sejam as mesmas para todos os agentes económicos. Estou certo que os agentes económicos saberão aproveitar esta ocasião ímpar, que se lhes abre, para edificarem as bases do futuro sector industrial português.

A agricultura portuguesa dispõe do enquadramento necessário para ser dinamizada em termos de modernização, produtividade e produção. O modelo de negociação seguido põe-na durante 5 anos ao abrigo da concorrência de agriculturas muito mais evoluídas e sofisticadas e dá-lhe os recursos financeiros para progredir, cerca de 90 milhões de contos de subsídio da CEE para co-financiar projectos agrícolas durante os 10 primeiros anos.

Mas aqui – com maior acuidade ainda do que no sector industrial, dada a menor internacionalização do sector primário e o maior dirigismo existente – torna-se imperioso que os agentes económicos aproveitem este período de tempo durante o qual estarão protegidos, conhecerão as regras de jogo e disporão de recursos financeiros. Não será crível que Portugal venha a ser auto-suficiente em produtos alimentares, mas está nas mãos dos Portugueses a possibilidade de aumentar significativamente o grau de auto-provisionamento do País, através de ganhos de produtividade e de produção, em suma, de bem-estar económico e social para os que trabalham na terra.

Refiro-me finalmente ao sector das pescas. Entramos na CEE com recursos mas com poucos meios para os explorar; temos o mar, mas não temos a frota.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Essa é muito forte!

O Orador: — Foi possível salvaguardar este capital durante 10 anos, durante os quais serão grandemente

privilegiadas as pescas portuguesas. Mas de nada nos serviria tal esforço negocial se, ao fim desse período, a situação se mantivesse como hoje se encontra. Estou certo, também, que o sector saberá responder ao desafio, mas tem de iniciar desde já a sua reconversão e modernização para transformar o que hoje são apenas potencialidades, nas realidades efectivas de amanhã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia possibilita-se um projecto político e económico de extrema importância, mas tenhamos clara consciência de que se está apenas na fase inicial. É preciso que o povo português saiba vencer o tremendo repto que lhe é lançado de modo que o País rompa o ciclo de estagnação em que se encontra e lance as bases da modernização do seu tecido económico e social e assim consolide a democracia e as liberdades.

A história não é pródiga em oferecer muitas oportunidades como aquela que hoje se apresenta aos Portugueses. Saibamos aproveitá-la, saibamos dela extrair todas as potencialidades de modo a proporcionar um futuro melhor às novas gerações. É esse o nosso dever imperioso.

Aplausos do PS e do PSD.